

# CONSTRUINDO CAMINHOS: INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL EM GRUPO NO CONTEXTO PRISIONAL

A capa do jornal PSI, publicada em dezembro de 2022, pelo Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP SP), apresentava o seguinte título em letras enormes:

## PSICOLOGIA 60 ANOS

### DA REGULAMENTAÇÃO AO COMPROMISSO SOCIAL

**HELENA  
MAFFEI CRUZ**

*Instituto Noos, São  
Paulo/SP, Brasil*

Segundo o artigo de capa (Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, 2022, p. 16):

embora o estudo de psicologia fizesse parte de currículos de Medicina, Filosofia, Direito e Pedagogia desde o início do século XX, a prática profissional só foi regulamentada em 27 de agosto de 1962; a lei nº 4119, que dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão. ... Inicialmente as práticas psicológicas eram orientadas principalmente pelo modelo biomédico, isto é, focado na doença, individualizante, que entendia o sofrimento como de origem biológica.

Ao mesmo tempo, nascida no período da ditadura, a Psicologia, com sua regulamentação, atuou comprometida com os direitos humanos. Psicólogas e psicólogos, até então restritas aos consultórios, passaram ativamente a fazer parte de movimentos sociais e políticos.

Coincidentemente, na Europa e nos Estados Unidos surgia a modalidade de atendimento clínico a famílias. Coube à terapia familiar introduzir, na psicologia, o pensamento sistêmico, cujos conceitos, focados na interação entre os elementos do sistema, principalmente os desenvolvidos por Bateson (1979), produziram uma mudança paradigmática: de uma psicologia moderna, centrada em conceitos atômicos, em que as pessoas “têm” conhecimentos, inibições, problemas mentais, para uma psicologia em que a mente é compreendida como processo em permanente mudança.

Minha dupla formação em Ciências Sociais e Psicologia, sempre me atraiu para atuações com grupos, equipes, comunidades.

Emocionei-me com a leitura do artigo da Nova Perspectiva Sistêmica de abril que nos apresenta os caminhos construídos pelas colegas Kamêni, Marcela e Denise, do Rio Grande do Sul, que corajosamente enfrentaram situações burocráticas, como a espera de quase um ano para a avaliação do projeto pelo comitê de ética de

pesquisa da instituição, além de outras exigências, a descrença, e mesmo a má vontade dos agentes penitenciários, que sentiam desconforto diante de alguma possível mudança de seu trabalho tradicional, chegando a facilitadora a ouvir “lá vem a chata de novo”, ao chegar para realizar seu encontro com o grupo.

As autoras nos informam as principais características das condições prisionais no Brasil, que tem a terceira maior população prisional do mundo, conforme dados do departamento penitenciário nacional e Ministério da Justiça e da Segurança Pública, em 2021, 811.707 pessoas encarceradas em condições insalubres e cenários de violência em diferentes âmbitos (Dias, 2021).

Profissionais de psicologia têm discutido algumas de suas práticas que poderiam contribuir para processos de exclusão buscando um lugar para a psicologia como promotora de direitos, saúde e bem-estar no ambiente prisional, e o artigo nos traz a revisão da literatura e os programas que apresentam evidências de eficácia em vários países.

Considerando esses dados e as especificidades do sistema prisional do Rio Grande do Sul, os autores empregaram critérios de Bowen et al. (2009) para estudos de viabilidade: 1) aceitação/satisfação — reações do público alvo e da equipe, reflexões sobre os meios de divulgação e identificação do interesse dos participantes em se engajar em novas atividades após a intervenção; 2) demanda — responder se há necessidade desse tipo de serviço; 3) implementação — avaliação dos sucessos e dos fracassos, de recursos presentes e de fatores dificultadores; 4) adaptação — quais modificações são necessárias; 5) integração — verificar se “é viável introduzir esse tipo de serviço na cultura organizacional”.

Utilizando o conceito de saúde (Saforcada et al., 2007) em que saudável é o que permite o desenvolvimento humano, incluindo a atualização e a expansão das potencialidades bio-psico-culturais das pessoas e seus entornos; desde que não impliquem na obstaculização desse processo em outras pessoas ou seus contextos.

A proposta foi desenvolvida muito cuidadosamente em sete etapas, com duração de um ou mais encontros cada uma, dependendo do volume/importância dos temas, com dinâmicas de grupo que tornassem os temas acessíveis e prazerosos. O número de encontros em cada intervenção foi de dez. A seguir nomeio cada uma das etapas e o número de encontros que a compõem.

As etapas foram: apresentação (um encontro), comunicação (um encontro), percepções sociais (dois encontros), emoções (dois encontros), relacionamento interpessoal (dois encontros), resolução de conflitos (um encontro) e avaliação (um encontro).

Cada um dos encontros e das etapas foi construído com muita clareza e delicadeza, a facilitadora manteve uma postura colaborativa, estimulando o diálogo e valorizando as percepções trazidas pelos participantes.

Além do contrato de trabalho, no primeiro encontro foi proposta a construção de um livro de autoria coletiva do grupo, para registrar o que os participantes achavam importante em cada encontro. No último encontro, um exemplar desse livro impresso foi entregue a cada participante.

As autoras avaliam o programa *Construindo Caminhos* como uma ferramenta de promoção de saúde e preparação para a liberdade dos encarcerados. As reações do público-alvo foram de engajamento e valorização, com o preenchimento de todas as vagas disponibilizadas pelo meio de comunicação utilizado, participação em todos os encontros e observação de demonstrações de satisfação dos participantes durante todo o processo.

A leitura desse precioso trabalho confirma a percepção de que as abordagens terapêuticas derivadas da compreensão da terapia como uma construção social apresentadas no livro *Practicing Therapy as Social Construction* (McNamee, Rasera & Martins, 2023), mais especificamente, no capítulo *The Therapeutic Focus on Macro Discourses*, que descreve a terapia como uma prática social transformadora além das paredes dos consultórios, permitindo oferecer ajuda para pessoas em diferentes situações vulneráveis.

É com trabalhos como o das colegas Kamêni, Marcela e Denise que nos pomos em prática nosso compromisso social. De tal forma que a publicação do artigo *Construindo Caminhos: Intervenção psicossocial em grupo no contexto prisional*, enriquece a Nova Perspectiva Sistêmica, e espero que a leitura desses *Ecos* convide nossos leitores a ampliarem suas ações colaboradoras para uma sociedade mais justa.

## REFERÊNCIAS

- Bateson, G. (1979). *Espiritu y Naturaleza*, Amarrortu Editores.
- Bowen, D. J., Kreuter, M., Spring, B., Cofta-Woerpel, L., Linnan, L., Weiner, D., Fernandez, M. (2009). How we design feasibility studies. *American Journal of Preventive Medicine*, 36(5), 452-457. doi: 10.1016/j.amepre.2009.02.002.
- Conselho Regional de Psicologia de São Paulo [CRPSP]. (dez, 2022). 60 anos de regulamentação da psicologia brasileira. Capa. *Jornal PSI*. n. 201. p. 16-21.
- Dias, C. N. (2021). Situação carcerária no Brasil: persistências autoritárias e recrudescimento punitivo. Relatório dos Direitos Humanos no Brasil. Recuperado de [https://nev.prp.usp.br/wp-content/uploads/2021/11/2021-11\\_TextoNEV-RelatorioDH\\_CamilaNunesDias.pdf](https://nev.prp.usp.br/wp-content/uploads/2021/11/2021-11_TextoNEV-RelatorioDH_CamilaNunesDias.pdf)
- McNamee, S., Rasera, E. R. & Martins, P. (2023) *Practicing Therapy as Social Construction*. SAGE Publications Inc.
- Rolim, K. I., Penna, M. N., & Falcke, D. (2023). “Construindo Caminhos”: intervenção psicossocial em grupo no contexto prisional. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 32(75), 91–107. <https://doi.org/10.38034/nps.v32i75.692>
- Saforcada, E., Cervone, N., Castellá, J., Lapalma, A., & De Ellis, M. (orgs.). (2007). *Aportes de la Psicología Comunitaria a problemáticas de la actualidad latino-americana*. JVE Ediciones.

---

## HELENA MAFFEI CRUZ

Bacharel em Ciências Sociais e psicóloga, mestrado em Psicologia Clínica, formação em Psicanálise de adultos, famílias e casais em consultório, membro do Conselho Gestor do Instituto Noos.

<http://orcid.org/0000-0003-3754-4805>

E-mail: [helenamcruz@uol.com.br](mailto:helenamcruz@uol.com.br)